

# Brasil – Eterna Colônia de Banqueiros?

Marcelo Silveira



No dia 18 de março de 2007, o *Estado de São Paulo* estampou na primeira página:  
**“Gasto do governo triplica em 20 anos e trava crescimento”**.

Apenas alguns dias depois do anúncio do lucro recorde dos bancos no último ano, atingindo 22,9% do patrimônio líquido, num montante de R\$ 33,4 bilhões, o maior jornal do Brasil responsabilizava o tamanho do Estado para o crescimento medíocre do país...

O argumento é parcial, circular e velho conhecido de todos que acompanham os noticiários: tendo o Estado inflado pelos gastos com o funcionalismo ao lado de privilégios injustificados e demais despesas do setor público, o governo precisa tomar novos empréstimos, aumentando mais ainda a dívida pública e pressionando os juros para cima. Devemos acrescentar que são estes os juros, por sua vez, que acabam por favorecer os mesmos bancos que, como em poucos países do mundo, desfrutam de liberdade incomum para remeter capital ao exterior.

Sendo verdade, por um lado, que ninguém em sã consciência pode negar a existência de favorecimentos escandalosos em certos setores do nosso funcionalismo; em relação à dívida pública brasileira, devemos retroagir um pouco, e notar que seu crescimento recorde deu-se após o embuste denominado Plano Real e durante toda era FHC.

A combinação nefasta de grandes aumentos na carga tributária e da dependência ao capital estrangeiro, somados com o maior programa de entrega de patrimônio público da história do Brasil envolvendo a venda – a preço de banana – de empresas públicas vitais para grupos alienígenas, não fez cumprir o objetivo a que alegadamente se destinavam: a redução da mesma dívida pública.

Na verdade, ao lado da destruição de boa parte do parque industrial de capital nacional com a abertura irrestrita dos mercados, a dívida líquida do setor público brasileiro aumentou de forma espantosa entre 94 e 2002, passando de cerca de 30% para quase 60% do PIB até 2003 e se mantendo em níveis acima de 50% até os dias atuais, comprometendo mais da metade do erário do Tesouro Nacional para sua manutenção.

Esse aumento demonstrou muito claramente que a justificativa para as privatizações, no sentido de se diminuir o tamanho do Estado para diminuir a dívida pública, sempre foi fraudulenta.

Tomemos como exemplo apenas o prejuízo ocasionado ao país pela doação da Companhia Vale do Rio Doce por 3,3 bilhões de dólares.

Costuma-se apontar os êxitos recentes da empresa e os seus indicadores positivos em defesa dessa privatização. E, de fato, apenas no primeiro trimestre do ano passado, a Vale atingiu um lucro que bateu a casa dos R\$ 6,1 bilhões (quase o valor de venda em apenas três meses!), representando um crescimento de 19,5% em relação ao ano anterior e aumentando significativamente as exportações. Em outubro, a empresa adquiriu 75,66% do capital da mineradora canadense de níquel Inco, tornando-se a segunda maior mineradora do planeta, atrás apenas da anglo-australiana BHP Billiton.

Faz-se necessário notar, porém, que antes da privatização, o cenário internacional já apontava para um crescimento na demanda mundial por aço no setor da construção civil, possibilitando à Vale pressionar o mercado internacional por melhores preços. O mais importante, de qualquer maneira, é que com a transferência do controle para a iniciativa privada, os gigantescos lucros da empresa ficaram totalmente concentrados nas mãos dos acionistas (não por acaso banqueiros) e com isso as estratégias da mesma também foram revistas. Não podemos perder de vista que grande parte desse lucro vai parar em setores não produtivos, com remessa significativa para o exterior.

Além disso, enquanto antes, grande parte do lucro era aplicada no investimento interno, qualificação de empregados e desenvolvimento da sociedade brasileira; agora temos apenas o objetivo do lucro com uma ampla terceirização de quadros advindos em grande parte de consultorias estrangeiras.

Por fim, enquanto historicamente a CVRD sempre procurou agregar valor transformando minério de ferro em chapas de aço para carros, navios, ferrovias, aviões e etc, agora temos um retrocesso que se afigura no simples extrativismo para exportação. Ou seja, uma enorme quantidade minério tirada do nosso subsolo que poderia ser agregada e direcionada para a infra-estrutura do Brasil (como na urgente recuperação das nossas ferrovias e construção de novas, por exemplo), ou no caso do Nióbio (minério fundamental para a tecnologia aeroespacial e do qual somos detentores de nada menos que 98% das reservas mundiais), mas que acabam em sua maior parte saindo do país. Ou seja, simples espoliação dos recursos naturais dos brasileiros para garantir o lucro de alguns especuladores apátridas.

A propósito, a cúpula do governo Lula, que enquanto era “oposição” tanto criticou essa privatização, nada faz agora para revertê-la. Afinal, apesar das recentes bravatas do atual Ministro da Fazenda, Guido Mantega, a respeito dos abusos tarifários dos bancos, este governo permanece, como o anterior, totalmente subserviente aos verdadeiros donos do Brasil (e que continuarão sendo donos até que nosso povo acorde para a realidade).

Quem diz isso não são somente os integralistas, os caudilhos da “esquerda” da América Latina ou os marxista-leninistas jurássicos que ainda gritam caquéticos aos quatro ventos por aí. O fato foi ratificado por Olavo Setúbal, justamente o fundador do banco nacional que mais lucrou no último ano. Durante a última corrida presidencial, em entrevista do dia 13 de agosto do ano passado, ele afirmou à *Folha de São Paulo*: “Não tem diferença do ponto de vista do modelo econômico. Eu acho que a eleição do Lula ou do Alckmin é igual”.

O homem forte do Itaú que por sinal “previu” a reeleição do “conservador” presidente Lula, ainda fez questão, nessa ocasião, de reforçar sua visão malthusiana de mundo como um defensor radical do controle de natalidade no Brasil – já que as supostamente altas taxas de natalidade do país seriam as responsáveis pela atual explosão de violência e não a alta concentração de renda. Além disso, depois de ridicularizar a Igreja Católica e os valores cristãos, também defendeu o fim de nossas Forças Armadas, pois, segundo ele, a idéia do Brasil ter uma população grande e um Exército forte seria algo “superado”.

É curioso observar que, enquanto muitos se admiraram com a recepção calorosa do presidente ao seu antigo rival político, o ex-presidente Fernando Collor de Melo, a foto inicial deste artigo, exibindo Lula com olhar resignado, junto a Delfim Netto, é muito mais significativa e cheia de simbolismo.

O economista talvez seja a maior personificação de testa-de-ferro do banquerismo existente no país. Não por acaso, ele foi durante muitos anos um dos repetidos candidatos oficiosos da FEBRABAN (da qual já recebeu verdadeiras fortunas em generosas doações eleitorais). O longo histórico de sua atuação nos altos escalões do governo sempre se deu no sentido de trabalhar para a manutenção do *status quo* do Brasil como eterna *Colônia de Banqueiros*. A troca de elogios entre ele e Lula demonstra, mais que mil palavras, o total embuste que sempre foi o PT (ou pelo menos o embuste que tem sido já há muito tempo).

Talvez não haja uma síntese mais realista e contundente do que a feita pelo comunista e antigo militante, o professor Said Barbosa Dib, que colocou de forma muito clara e objetiva, como o PT pôde construir a máquina política que dirige hoje abandonando seus princípios iniciais já no final da década de 80:

“Descobrimos a ecologia, o ambientalismo, a relação Homem/Natureza e esquecemos as relações conflituosas entre Homem/Homem. Estávamos cansados de derrotas, precisávamos de novos *paradigmas* para a luta. Tornamo-nos gerenciadores, profissionais de ONGs, e descobrimos que o capital financeiro internacional não era tão ruim assim. A grana vinha do PNUD, do Banco Mundial, do FMI, do Consenso de Washington, ou seja, dos antigos *Hippies* dos Anos 60 que se tornaram os *Yuppies* dos 90. Pensamos que, provavelmente, tivessem mantido alguma lembrança revolucionária dos tempos das *Jornadas de Paris*, de Woodstock, etc.. Mas, não importávamos. O que importava era que os *companheiros* de Wall Street estavam dispostos a ajudar na nossa causa. E quando temos necessidades, qualquer ajuda é bem vinda. Assim, tornamo-nos *onguistas*. Um cabide de emprego para nossos *militantes* que não se podia desconsiderar. Passamos, assim, a ser considerados *voluntariados*, não mais *revolucionários*, esta visão arcaica e superada pelo *rolo compressor da História*”.

Colocando em pratos limpos, o Partido dos Trabalhadores como um todo não passou de uma ferramenta utilizada por escusas ONGS que, sob pretexto de ambientalismo e ecologia (tal qual o *Greenpeace*, o *WWF*, entre outras); têm por objetivo principal – embora camuflado – a internacionalização da Amazônia e a alienação de cerca de metade do território nacional junto com suas fabulosas riquezas naturais, para agências controladas pelos poderosos grupos oligárquicos internacionais e pelas nações hegemônicas que eles representam.

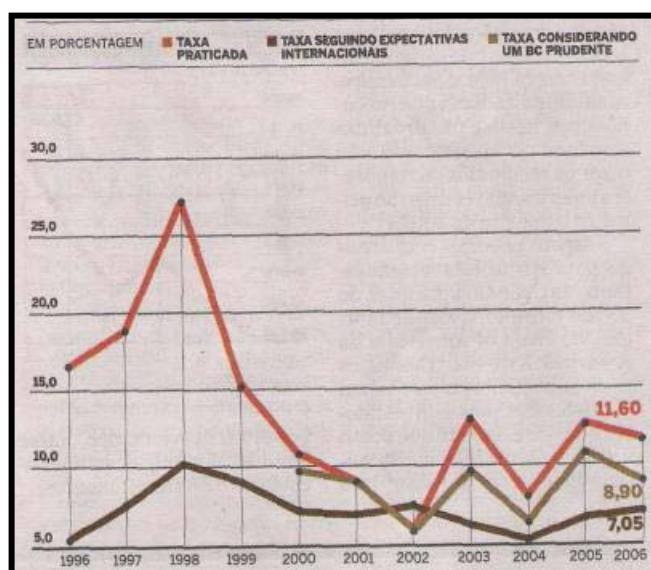
Fato é que hoje, ao lado de uma enorme promiscuidade desses “ecologistas” em nossos setores governamentais, existe uma injeção anual de capital do exterior no sentido de “preservar” a Amazônia brasileira – criando obstáculos para a realização de obras e projetos de infra-estrutura, por exemplo – que chega a superar o que é destinado para o mesmo fim pelos Estados que integram a região!

E afinal, o aumento da influência de certas ONGS ambientalistas no Brasil, em paralelo ao notório sucateamento das Forças Armadas do país, coincide exatamente com o ápice do poder político do PT e do partido da suposta “oposição”. Embora haja quem tente convencer a sociedade brasileira que não existe aqui uma enorme ameaça à nossa soberania, seja por má fé ou ingenuidade, sabemos que a realidade é bem diferente. Diversas denúncias já foram feitas a respeito das motivações dessas organizações verdadeiramente criminosas, assim como, da verdadeira origem dos interesses em transformar as Forças Armadas do Brasil em mera força policial. Infelizmente, tais denúncias não recebem a divulgação que deveriam por parte da mídia de massa por motivos imagináveis.

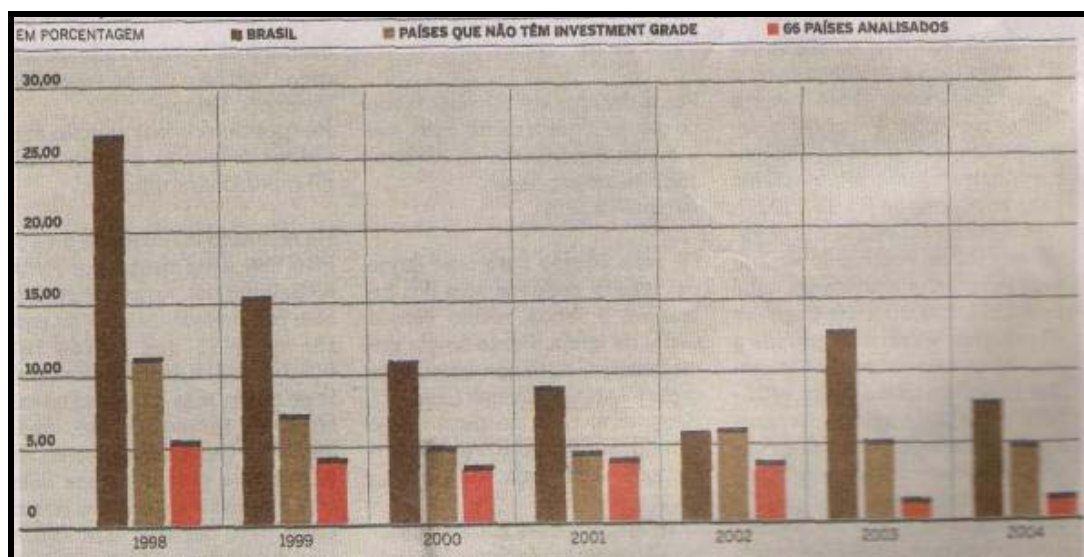
E voltando à questão do crescimento pífio do Brasil, muito menor do que a média dos chamados países emergentes; e a eterna subserviência dos nossos governantes, aos banqueiros, que se repita o óbvio: se as despesas não-financeiras do Estado têm sido realmente um empecilho para o nosso desenvolvimento, muito mais danosas nos têm sido as despesas relativas à já citada dívida pública, aliada com as escorchantes taxas de juros aqui praticadas.

É comum ouvirmos dizer que as taxas de juros têm que cair, para que o país possa crescer. Até Alberto Furuguem, ex-diretor do BC, afirmou recentemente que as taxas de juros no Brasil são um “pé no freio” para o crescimento. É uma pena que ele não tenha sido capaz de explicar o porquê disso ocorrer, já que não haveria, segundo ele, justificativa lógica ou plausível para juros tão altos.

Em contradição ao que tem sido ultimamente propagandeado, normalmente em noticiários de TV, dando à população a falsa percepção de que as taxas de juros caíram recentemente a um patamar aceitável, o mesmo *Estado de São Paulo* publicou um estudo que propõe uma queda maior nas taxas de juros reais, já que as mesmas permanecem muito acima da realidade econômica doméstica e das próprias expectativas internacionais (gráficos baseados em estudo realizados por Edmar Bacha do Instituto de Estudos de Política Econômica, Márcio Holland da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas e Fernando Gonçalves do Fundo Monetário Internacional):



Aliás, o mesmo estudo mostrou que a média das nossas taxas de juros reais tem sido, nos últimos dez anos, mais de quatro vezes superior a de outros 66 países analisados e cerca do dobro dos países com alto índice de investimentos diretos estrangeiros:



É espantoso então, notar que até economistas admoestados como Gustavo Loyola, ex-presidente do BC, e economistas ligados ao próprio FMI, já defendem uma queda mais radical nas taxa de juros no Brasil, enquanto aqueles que têm ocupado as equipes econômicas que permanecem levando o país para o abismo invariavelmente utilizam-se, ainda, de toda sorte de sofismas em defesa dessa política suicida: culpam a inflação, sendo que esta está oscilando um pouco acima da média mundial e, porém, temos as maiores taxas de juros do mundo (além destas estarem, como vimos, muito acima da média dos outros países).

Houve o momento em que a moda era culpar justamente o nível da dívida pública e o nível do déficit público brasileiro, o que também pode ser descartado levando em conta a existência de muitos países com maior déficit e dívidas públicas proporcionais, mas com taxas de juros bem menores.

Finalmente, existem aqueles ainda mais cínicos, que têm o desprazer de culpar a moratória do já longínquo ano de 1987. Mas esta última impostura também pode ser automaticamente descartada, notando que a Rússia, em 1998, e a Argentina, em 2001, empreenderam moratórias mais radicais e nem por isso aplicam taxas de juros sequer próximas das brasileiras.

Podemos voltar-nos, então, para uma explicação mais coerente e lógica.

Deve-se à continuidade dessas taxas de juros exorbitantes, que remuneram ativos de liquidez imediata, o fato de nossa dívida pública estar quase totalmente à mercê de uma minoria de banqueiros com influência desmedida nos círculos governamentais e, desta maneira, na condução da política econômica do país.

Obviamente que a culpa não é só dos banqueiros. Isto também ocorre porque uma grande parcela daqueles que têm assumido as áreas de gestão econômica no Brasil se corrompem muito facilmente (quando já não são indicados pelos seus próprios amigos banqueiros para os cargos que ocupam).

**Falta patriotismo e falta honestidade.**

Na verdade, também em decorrência de uma secular ausência de formação cultural da nossa gente, o que nos têm faltado são informação e discernimento para eleger nossos verdadeiros representantes. Obviamente, não queremos dizer com isso que nosso povo tenha menos capacidade que outros povos quando, muito pelo contrário, o integralismo sempre exaltou as virtudes do brasileiro. O que estamos dizendo é que nosso povo tem sido, por muitas décadas, enganado e mal-orientado.

Em aspecto imediato, esse processo de desinformação também ocorre porque não temos uma imprensa decente e jornalistas não comprometidos com essa libertinagem para dizer toda verdade à população.

Paralelamente, a nossa mídia de massa, já há um bom tempo, além de inundar nossos lares com todo tipo de banalidades, tem se prestado de sobremaneira a promover o consumismo desenfreado, a destruição dos valores familiares, a sexualização precoce da adolescência e o homossexualismo como algo absolutamente “normal”.

E, afinal de contas, como essa mesma mídia de massa e seus veículos são controlados pela elite, podemos concluir que carecemos de uma elite comprometida com os interesses do país e não apenas com seus interesses pessoais. Preferem, sem qualquer tipo de idealismo, que o brasileiro e, em especial, nossa juventude, se mantenha tão afastada dos valores mais elevados e tão alienada das questões mais fundamentais para o futuro da nação que, conseqüentemente, viva apenas para ser uma escrava absoluta dos seus instintos mais baixos e dos seus anseios mais imediatos e fugazes.

É um verdadeiro ciclo vicioso, estendido a todos os setores da sociedade, que tem levado à decomposição e ao esfacelamento de qualquer conceito de “Pátria”.

Recentemente, o economista de orientação nacionalista, Paulo Nogueira Batista Jr., referiu-se, fazendo analogia aos traidores de Franco na Guerra Civil Espanhola, a uma verdadeira “Quinta-Coluna” que por aqui habita. Com justiça ele compara este fenômeno histórico ao que presenciamos de longa data no Brasil: um conhecido grupo de canalhas influentes no governo, no Congresso e nos meios de comunicação, criadores de poderosos *lobbies* que subordinam os mais sagrados interesses da Pátria a um tabuleiro de interesses em que sempre o setor financeiro – leia-se usurário e especulador – leva vantagem e sai ganhador.

De fato, são estes os mesmos que, com o intuito de sabotar sistematicamente o país, nos últimos anos têm comemorado a “globalização” e uma suposta decadência do conceito Estado-Nação. De forma subjacente, não raro temos ouvido ou lido na imprensa falada e escrita, comprometida com estes mesmos interesses, o argumento de que o nacionalismo seria algo “superado”, “ufanista” e “perverso”.

O que tem feito o governo do PT, senão rezar obedientemente essa mesma cartilha?

É bem verdade que a submissão dos nossos governantes à oligarquia financeira internacional, com grande prejuízo ao Brasil, é de um continuísmo secular. Não é novidade desde o Primeiro Império. O que mais nos entristece, no entanto, é perceber como o brasileiro permanece se deixando enganar facilmente.

Quem é capaz de negar, sem cair em contradição, que toda aquela balela socialista e anti-imperialista foi enterrada já no primeiro mandato do governo petista?

Voltemos a maio de 2005, num momento de escândalos de corrupção aparecendo em todos os cantos da vida política nacional: a visita do secretário do Tesouro dos EUA, John Snow, e de altos

representantes da finança global, foi prova cabal do total apoio de Washington à reeleição do máximo mandatário brasileiro. Aliás, esta visita foi amplamente badalada na mídia internacional.

Apesar de vinte anos de discursos populistas inflamados, tínhamos, afinal, a comprovação definitiva da subserviência que antecederia e prepararia terreno para a reeleição e, aliás, daria aval à posterior e recente visita do Presidente Bush objetivando o etanol brasileiro.

Há pouco citamos o processo de desmonte do Estado. Tamanho foi o prejuízo causado ao país pelas privatizações indiscriminadas da era FHC, que foram utilizadas como *carro-chefe* de campanha contra o candidato Alekmin, pelo poderoso *marketing* do PT, para garantir a reeleição do inepto que ocupa hoje a cadeira da Presidência da República. Como também já mencionamos, é visível que dentro dos ditames atuais, as privatizações desta e de tantas outras empresas são fatos consumados e não poderão ser revistas por mais lesivas e duvidosas que tenham sido.

De qualquer forma e, apesar de não ter ocorrido qualquer revisão, como o partido do governo foi um antigo combatente radical do processo de desestatização, muitos acreditam hoje que a política entreguista tenha sido suspensa e que o restante das empresas que não foram privatizadas tenha permanecido intacto. Mas será isso mesmo verdade?

Ainda na época de FHC, e voltando a falar novamente sobre a CVRD, quando esta foi privatizada, houve uma série de irregularidades. Sem qualquer debate com a sociedade brasileira, a companhia foi entregue em cerca de metade a testas-de-ferro “nacionais” e a outra metade diretamente a investidores estrangeiros. A coordenadora global desta transação foi a *Merrill Lynch & Co. ABN AMRO Rothschild*: a empresa que fez a avaliação do valor de “venda” e, depois, ela mesma, acabaria por tornar-se uma das acionistas (algo não só ilegal como imoral).

Algo muito diferente deste tipo de fraude em benefício dos “Donos do Mundo” têm sido conduzido pelo governo atual?

Em 31 de maio de 2006, o Presidente Lula sancionou o aumento da participação societária estrangeira no capital do Banco do Brasil de 5,6% para 12,5%.

Historicamente, quem é a maior interessada na aquisição de ações do Banco do Brasil?

É a City londrina, comandada justamente pela dinastia judaica Rothschild. Este é um interesse que remonta aos tempos do Barão de Mauá, o fundador do banco, no tempo de D. Pedro II. A História nos ensina que o Barão foi à falência por defender os interesses nacionais em ferrovias, em detrimento dos negócios dos Rothschild (que foram seus parceiros de empreendimentos).

Gustavo Barroso, um dos mais brilhantes intelectuais já paridos em solo brasileiro, após exaustivo estudo, publicou em 1934 o libelo integralista “Brasil Colônia de Banqueiros”. Esta obra foi, em seu tempo, sem dúvida, uma das obras mais importantes para o Integralismo e o trabalho pioneiro a substanciar um nacionalismo econômico no Brasil.

No ano da morte de Gustavo Barroso, em 1959, Plínio Salgado, em discurso no plenário, enquanto Deputado Federal, afirmara que antes deste livro notável, o problema da escravização econômica do Brasil nunca havia sido colocado como se devia, e ainda acrescentava: “(...) quando surge em nossa Pátria uma corrente nacionalista a lutar contra as injunções do capitalismo internacional, que objetiva a nossa conservação como país subdesenvolvido, num cruel e doloroso colonialismo, o

livro de Gustavo Barroso (*Brasil Colônia de Banqueiros*) é a bandeira que todos deveriam desfraldar porque foi a primeira que se ergueu no Brasil, nestes últimos tempos, a despertar a consciência nacional para a luta pelos interesses econômicos da Nação contra as organizações internacionais que nos têm escravizado e pretendem permanentemente escravizar-nos”.

Passados mais de setenta anos da primeira edição do livro de Gustavo Barroso a situação permanece inalterada. Em 1934, o intelectual que foi posteriormente colocado no anonimato pelas mesmas forças inimigas do Brasil, contra as quais ele que ele lutou de corpo e alma, escrevia:

“No manifesto de 6 de agosto de 1822, o Príncipe D. Pedro clamava, referindo-se às Cortes de Lisboa: *Lançou mãos roubadoras aos recursos aplicados ao Banco do Brasil, sobrecarregado de uma enorme dívida nacional*”.

“Estendemos a sacola aos banqueiros judeus de Londres, pedindo o favor dum empréstimo e combinamos que seria lançado naquela praça em duas vezes. O contrato da primeira foi passado a 20 de agosto de 1824, entre o marechal de campo Felisberto Caldeira Brant, mais tarde marquês de Barbacena, e o conselheiro Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, mais tarde visconde de Itabaiana, e as casas bancárias Baseth Farquhar Chrawford & Cia, Fletcher, Alexander e Cia. E Thomas Wilson & Cia. O da segunda foi realizado pelos mesmos com o banqueiro Nathan Mayer Rotschild”.

“A autorização para o contrato de empréstimo foi dada pelo decreto de 5 de janeiro de 1824, sendo ministro da fazenda Mariano José Pereira de Fonseca, mais tarde visconde e marquês de Marica”.

“É a primeira vez que esse nome, famoso por muitos títulos nos anais da finança internacional, aparece na nossa história. Nunca mais sairá dela. Os brasileiros devem guardar bem guardada a lembrança desta data: – 12 de janeiro de 1825. Nesse dia, os banqueiros puseram o pé sobre o nosso corpo, passamos a pertencer-lhes e para eles trabalhamos. Entretanto, embriagada pela vã palavra de liberdade, a nação se divertiu com a Abdicação, as rebeldias da Regência, a Maioridade, as guerras do 2º Império, a Abolição e as revoltas da República, entremeadas de quedas de gabinetes, de mudanças de regimes, de sucessões governamentais e de ditaduras, enquanto que, por trás dos bastidores, os banqueiros de mãos dadas aos políticos, a governavam e a exploravam”.

“Já é tempo de dizer a verdade ao povo brasileiro; ela não consta, senão veladamente, das mensagens oficiais. Calou-se sempre a boca mentirosa ou covarde dos políticos do liberalismo. Embora acoimados pelos comunistas de servirem ao capitalismo, os Integralistas são os que até hoje têm tido a coragem de pregá-la – para que o colosso acorde, se espreguice, quebre as cadeias e, erguendo o tacape numa verdadeira liberdade, espatife os ídolos e os bezerros de ouro. Já basta de se dizer que a casa Rothschild presa tanto aos títulos brasileiros que com eles constitui o dote das suas filhas casadouras. Já basta de considerá-los nossos amigos, como eu próprio me penitencio de o haver feito, levado por essas balelas e por ainda não ter estudado a fundo os nossos empréstimos (no discurso em que saudei na Academia Brasileira de Letras, como seu Presidente, o escritor teatral Barão Henri de Rothschild). Tudo isso é muito bom para embair os tolos através da leitura dos jornais. Mas a verdade é outra e bem trágica: essa propaganda, contumaz e esperta, oculta tão somente o trabalho forçado de gerações e gerações de brasileiros”.



“Nathan Mayer Rothschild! Este nome está preso a toda engrenagem financeira mundial do começo do século (*Nota: Séc. XX*). Seu portador assiste, de longe, a batalha de Waterloo, vê a derrota de Napoleão, corre à costa belga, paga a peso de ouro o barco dum pescador, atravessa a Mancha em pleno temporal, arrebenta até alcançar Londres e surge na Bolsa com a mais tranqüila fisionomia deste mundo. Sorri e começa a vender seus títulos. Todos pensam que deve estar a par de novas terríveis de guerra, pois nada ainda transpirava o fatal encontro de Napoleão com Wellington e Blücher. Só ele conhecia o de *visu*. O pânico ganha os portadores de ações, de bônus e de apólices. Baixa pavorosa! Os agentes de Nathan compram tudo por dez reais de mel coado. Mais tarde, chega a notícia da estrondosa vitória e todos aqueles papeis, como é natural, sobem vertiginosamente. Estão na quase totalidade em mãos da casa Rothschild, que realiza um ganho colossal e, à sombra dessa formidável riqueza começa a dominar a Europa. Caíra o império militar de Napoleão, *a maior potência militar da época*, e nascia o argentário de Rothschild, a maior potência financeira dos novos tempos”.

(Gustavo Barroso, “Brasil Colônia de Banqueiros”).

Realmente, o golpe de mestre de Nathan Mayer Amschel Rothschild, foi fundar seus bancos alicerçados em uma transnacionalidade estratégica, colocando nas suas agências os próprios filhos na administração e as estabelecendo nos grandes centros financeiros europeus, num processo que se iniciou a partir do século XVIII: ele e seu filho mais velho, em Frankfurt; Nathan Mayer filho, em Londres; Jacob, em Paris; Salomon, em Viena; e Karl, em Nápoles. É já dessa época, também, que remonta um forte relacionamento familiar dos Rothschild com outros clãs do banqueirismo internacional e com as oligarquias européias (tendo especiais vínculos com as aristocracias britânica, francesa e holandesa).

É necessário também ter uma noção da amplitude da influência dos Rothschild, participando direta ou indiretamente, de acontecimentos históricos de grande relevância que vão muito além de explorar nosso Brasil e os interesses embutidos nas revoluções liberais que precederam os arroubos napoleônicos na Guerra Franco-Prussiana (1870-71); a colonização da Índia (1757-1947); a Guerra do Ópio na China (1840-42); o financiamento do Sul e do Norte na Guerra Civil Americana (1861-1865); a Guerra do Paraguai (1864-1870); a compra do Canal de Suez pela Inglaterra (1882); a tomada da África do Sul e suas riquezas através da Segunda Guerra dos Bôeres (1899-1902) – além do financiamento de diversos outros conflitos no continente africano de olho em minas de ouro e diamantes; a guerra vitoriosa do Japão contra a Rússia czarista (1904-1905); a I e II guerras mundiais (1914-1918 /1939-1948); as recentes incursões de coalizões lideradas pelo EUA na Iugoslávia, Afeganistão e Iraque; etc, etc e etc...

O mesmo poder do ouro, emanado do clã Rothschild, que exerceu caráter decisivo na impulsão do sionismo como movimento político, financiando colônias judias na Palestina como pontas de lança durante 1917, com a formalização da *Declaração Balfour*; e da Revolução Socialista, através de seus entes, no mesmo ano, representando a plutocracia que controla completamente, já há muitas décadas, a Casa da Moeda norte-americana e, conseqüentemente, a emissão do Dólar, através do *Federal Reserve Board* (fundado em 1913).

Esta poderosíssima família usurária que sempre esteve, ao lado dos seus próprios interesses, alinhada às causas judaicas e sionistas na condição de uma linhagem aristocrática que hoje continua decidindo os destinos das nações completamente à revelia dos seus povos, comandando e definindo metas e objetivos em ordens secretas como o *Royal Institute of International Affairs* ou através dos seus aliados nos encontros da chamada comissão *Bilderberg*; facilitada, em muito, como mencionamos, pela secular infiltração e participação nas oligarquias européias a partir da consolidação da sua hegemonia financeira através dos séculos.



Situando-nos novamente no Brasil e no presente, observemos com atenção, como nossos governantes continuam se subordinando aos antigos algozes do nosso sofrido povo.

O jornalista e radialista carioca Jorge Serrão, em corajosa denúncia publicada no veículo independente *Alerta Total*, cobriu a recente operação de venda das ações do Banco do Brasil aos grupos estrangeiros, na Bovespa. Operação na qual o governo do PT, contando com o trunfo de comandar a maior fundação de previdência privada do País (o fundo de pensão Previ, dos funcionários do BB, que tem um patrimônio de R\$ 82 bilhões), e mantendo o petista Sérgio Rosa, até 2010, na presidência da Previ, tem podido levar a cabo a reforma da Previdência e dos fundos.

(Extraído de “História Secreta do Brasil”, de Gustavo Barroso: casamento de Leopoldo Rothschild na Sinagoga Central de Londres – Gravura do “Crapvillot” de Paris, nº especial de set/1936. O dote dos noivos foram títulos da Colônia do Brasil)

“Os petistas terão controle sobre a bilionária carteira de ações da Previ, que corresponde a 60,8% do patrimônio do poderoso fundo de pensão. Sérgio Rosa é ligado a José Dirceu e Luiz Gushiken, os timoneiros dos futuros grandes empreendimentos empresariais no Brasil e que, logo que assumiram o governo Lula, fizeram questão de indicar e nomear seus apadrinhados nas diretorias financeiras dos fundos de pensão de estatais. A atuação deles no leilão de venda da Varig é um dos mega-negócios anunciados no mercado”.

“O Banco do Brasil divulgou um comunicado ao mercado com a ‘boa notícia’ aos supostamente investidores estrangeiros. Na verdade, o dinheiro dos investidores de fora, para adquirir ações do Banco do Brasil, seria o dinheiro que especuladores brasileiros investem no exterior. É assim que o dinheiro guardado em paraísos fiscais (os grandes centros *off-shore*), retorna ao Brasil lavado e legalizado, com a permissão do Banco Central. Especialistas estimam que cerca de US\$ 500 bilhões em ‘dinheiro sujo’ - cerca de 2% do PIB mundial - transitam anualmente na economia”.

E após descrever, em detalhes, o mecanismo de lavagem de dinheiro através da remessa ilegal de bilhões e bilhões de dólares ao exterior através de uma máfia que envolve doleiros, o tráfico de drogas e os jogos legais e ilegais; assim como as bolsas de valores oferecem condições propícias à lavagem de dinheiro, por permitirem negócios com características internacionais ao lado de altos índices de liquidez e curto espaço de tempo (facilitados pelos corretores que cedem sem obstáculos à sedição de organizações criminosas), completa o jornalista:

“Tecnicamente, as bolsas de valores visam a facilitar a compra e venda de ações e direitos. Nas bolsas de valores é possível a realização de operações em cinco modalidades: (1) à vista; (2) a prazo; (3) a termo; (4) a futuro e (5) por opção. Enquanto nas quatro primeiras formas se negociam ações, no mercado de opções o que se negocia é o direito sobre essas ações. Mas os investidores não compram ações diretamente em uma bolsa. Compram-nas através das sociedades corretoras membros daquela entidade”.

“O cliente emite uma ordem de compra ou venda à sua corretora e esta se encarrega de executá-la no pregão. Para isso, as corretoras mantêm, no recinto de negociação, seus operadores, que são habilitados por meio de um exame de qualificação. Para fechar uma operação na bolsa, qualquer pessoa, banco ou empresa tem que usar os serviços de uma corretora, que recebe uma taxa de corretagem por realizar essa transação”.

E os comandantes absolutos das bolsas de valores no mundo desde longa data permanecem sendo os Rothschild, que lideraram recentemente uma das mais ousadas operações do mercado acionário internacional (estimada em US\$ 20 bilhões): a fusão da Nyse (Bolsa de Valores de Nova York, na sigla em inglês) com o grupo europeu Euronext (administrador das Bolsas de Paris, Bruxelas, Amsterdã e Lisboa, além de derivativos em Londres), criando a primeira bolsa de valores transatlântica da história.

Agora mesmo, os Rothschilds estão novamente envolvidos numa das mais notórias fusões bancárias da história do continente europeu: a venda do ABN Amro, cobiçado pelos bancos Barclays, Royal Bank of Scotland, HSBC, Santander e Citibank; numa negociata que envolve espantosa cifra na casa dos 90 bilhões de Euros.

Foi o mesmo Serrão que narrou como o tucano Aécio Neves, um dos favoritos para a candidatura da suposta oposição para o próximo pleito presidencial esteve no dia 16 de maio de 2004 em uma mega-festa na mansão inglesa dos Rothschild, em homenagem ao empresário Mário Garnero, do grupo Brasilinvest, e teve o privilégio de entrar na famosa *Spencer House* (sabidamente uma construção do século XVIII que pertence ao lorde Jacob Rothschild, pai do jovem Nathanael e decano da família de banqueiros mais influente dos últimos dois séculos, que a usa apenas em ocasiões especiais):

“O Lord considera Garnero ‘um de seus quatro filhos’. Aécio Neves presenciou o Lorde erguendo taças de cristal para homenagear Garnero e ninguém menos que o ex-presidente dos EUA George Bush (pai do presidente dos EUA), no *Great Room* do andar superior da mansão histórica. O denominado ‘controlador do mundo’ opera com os políticos da maneira que melhor lhe convém aos negócios”.

Este é o quadro político que se avizinha para o Brasil num futuro próximo: sem novidades.

Pegam uma marionete e a substituem por outra. Os controladores continuam sendo os mesmos: os velhos oligarcas do sistema financeiro internacional.

Enquanto não encontrarmos uma liderança nacionalista, com força política e autoridade, para banir os vendilhões da Pátria e construir uma ordem moral a ditar novos rumos para o país, continuaremos apenas assistindo passivos a grupos alienígenas, aos sabores de interesses que nada têm de comum com os nossos, mantendo o Brasil como uma eterna Colônia de Banqueiros.

São Paulo, 17 de Maio de 2007.  
Marcelo Silveira  
Presidente Nacional da  
Frente Integralista Brasileira.